
infecções nas primeiras faixas etárias, dos eventos obstétricos e dos tratamentos psiquiátricos na fase adulta, e dos problemas circulatórios e pulmonares nos idosos. Entre os principais desafios, destacam a necessidade da prevenção, da desospitalização e da informação como meios de contornar as dificuldades enfrentadas pela população.

Concluindo, pode-se dizer que o denominador comum entre os autores, referido no início desta resenha, proporciona que esse livro possa ser interpretado como um instrumento de luta, pois não se pode falar nos avanços percebidos

ao longo de anos de ações práticas na luta pela cidadania sem falar em novas perspectivas que se abrem para os cidadãos em geral. Tampouco pode-se apontar novos desafios sem contribuir para a revitalização das teorias e conceitos.

* Doenças sexualmente transmissíveis.

LUZINETE SIMÕES MINELLA ■

Ansiedades de gênero, paradoxos do feminismo

Why feminism? Gender, Psychology, Politics

SEGAL, Lynne

New York: Columbia University Press, 1999, 286p (Série *Gender and Culture*, editada por Carolyn G. Helbrun and Nancy K. Miller).

O livro de Lynne Segal é uma grande contribuição à discussão feminista do fim do século XX frente à urgência de um balanço de mais de três décadas de teoria e prática feministas. Sua postura a coloca ao lado de pensadoras influentes, como a filósofa americana Susan Bordo e a socióloga Judith Lorber, que embora reconheçam os importantes desafios colocados pelas teorias de inspiração pós-moderna e sua ênfase no "texto" e nas práticas discursivas, insistem ainda na necessidade de resgatar a herança dos primeiros estudos feministas, que procuravam desvendar como a desigualdade de gênero e a dominação masculina se reproduzem em práticas e instituições sociais concretas.

Desde o primeiro capítulo, intitulado *Generations of Feminism*, Segal reivindica a noção de uma transformação social coletiva que, segundo argumenta, estava sempre presente no trabalho das pioneiras feministas da década de 70, e pergunta até que ponto os feminismos da década de 90, particularmente em suas expressões desconstrucionistas e de *queer theory*, não levam ao abandono de tal projeto, em prol de "escolhas" e "liberdades" individuais.

Segal problematiza a forma em que se tem construído o debate entre *igualdade* e *diferença*, sugerindo que essa polarização é pelo menos parcialmente enganosa, forçando-nos a "fazer opções", onde cabe mais construir noções que dêem conta de complexidades e paradoxos. A autora questiona os processos atuais da construção de nossa "memória feminista", impugnando algumas das leituras feitas sobre a história da teoria feminista que talvez tenham se influenciado demais pela mesma reação política (*backlash*) e pelos discursos "pós-feministas" que estão na moda, ao retratar as gerações anteriores ora como reducionistas (perseguindo uma estratégia simplista de "inclusão" das mulheres) ora como radicais "demais" (como se o poder masculino fosse a única dimensão do poder social). Em contraposição a essa leitura, ela argumenta que os trabalhos dos anos 70 — principalmente

das "feministas socialistas", que tanto contribuíram para a tentativa feminista de teorizar sobre as mulheres e as relações de gênero sem desvinculá-las de outras lutas sociais — eram geralmente mais nuançados e complexos do que muitas das atuais críticas queiram reconhecer:

As I hope to show, although they [seventies feminists] never used the rhetoric of deconstruction, the third stage is not so far removed from where many second-wave feminists came in. Attempting to avoid the problems of straightforward inclusion in, or exclusion from, the masculine symbolic order and world organized primarily around men's interests was the problem many feminists tried to tackle all along (p. 16).

Longe de simplesmente defender a igualdade como "inclusão" (um conceito facilmente apropriado pelo discurso social liberal) essas teóricas (como Sheila Rowbotham, Mary McIntosh, que Segal cita) de fato defendiam a transformação profunda de todas as relações sociais daquela sociedade que Zillah Eisenstein e suas colegas chamaram de "patriarcado capitalista".¹

No entanto, Segal não desconsidera a importância das contribuições associadas às "teóricas da diferença", particularmente expressas em algumas vertentes do feminismo francês. Reconhece a importância de seu projeto de resgatar do silêncio, dar voz a, e reconstituir as subjetividades femininas negadas por uma histórica cultura masculinista: "The attraction of such difference theory, which encourages the feminist to speak 'as a woman', is obvious. The revaluing of those aspects of women's lives and experiences previously ignored or demeaned in male-centred theorizing was, and remains, crucial to feminist research and practice" (p. 30).

Persiste, no entanto, o grande problema do tipo de status teórico que é dado ao conceito de *diferença*, que, se privilegiado demais, parece reduzir as mulheres ao espaço que a cultura patriarcal criou para elas, negligenciando entre outras coisas as formas como classe, raça e outras formas de marginalidade são igualmente constitutivas da subjetividade e do destino das mulheres. Segal critica também as vertentes

feministas que, baseadas em Lacan, trabalham a partir de uma noção do Feminino como uma espécie de alteridade absoluta, historicamente excluída da Cultura, e das formas de representação da ordem simbólica sempre e contundentemente fálica. Essa postura, que parece negar a existência de qualquer brecha ou resistência cultural dentro daquela ordem, muito contraditoriamente aposta na possibilidade de as mulheres conseguirem "pular para fora" desta ordem.

Por outro lado, as que rejeitam qualquer noção de diferença, como nas perspectivas pós-estruturalistas atuais que montam um argumento contra *qualquer tipo* de conceitualização que generaliza sobre as mulheres, tampouco conseguem se livrar das contradições. No segundo capítulo do livro, "Gender to Queer, and Back Again", Segal avalia o status das diferentes tentativas de teorizar identidades de gênero que desde as primeiras discussões de "diferenças" até as atuais desconstruções de construções binárias, parecem culminar naquilo que Susan Bordo chamou de *gender skepticism*,² desprezando a mesma categoria que a teoria feminista tanto lutou para incorporar à análise social. Por exemplo, para algumas teóricas pós-modernas, qualquer tentativa de falar sobre a mulher ou as mulheres é produto da normatividade discursiva que se impõe aos sujeitos, quer dizer, exatamente produto daquele poder a que os sujeitos resistem, ou podem resistir, através da *transgressão*. Discutir a condição feminina equipara-se então a reproduzi-la, conduzindo portanto a uma recusa dos usos das categorias de "mulher" ou de "gênero". Mas dessa forma torna-se muito difícil qualquer ato político para o qual precisa-se de noções de poder de gênero ou da opressão de mulheres enquanto mulheres.

Segal reconhece e aprecia os méritos do trabalho teórico complexo de Judith Butler e entende que, para Butler, a noção de *gender performativity* situa o indivíduo numa realidade cultural que produz tensões e conflitos. O aspecto "performativo" remete a uma maleabilidade ou fluidez na mesma interação cotidiana onde a "heteronormatividade" é reproduzida, podendo também ser contestada. Como Butler mesma se empenha em esclarecer, a noção de *gender performativity* não deve ser interpretada como se o gênero fosse uma máscara ou fantasia que se vestisse e desvestisse, mas como se ele fosse produto de discursos culturalmente construídos e

impostos. No entanto, para Segal é preocupante a tendência desse tipo de análise de privilegiar demais o indivíduo, não só como categoria (unidade) de análise mas também como ator social principal, e de minimizar as construções históricas das relações entre sujeitos e práticas ou instituições sociais ainda profundamente "generalizadas". Essa seria a tendência de muito do que se tem produzido no campo da *queer theory*, em sua visão da "natureza subversiva" das "identidades" e práticas sexuais dissidentes. O gênero torna-se uma grande prisão, da qual as tentativas de fuga individual são privilegiadas. Por exemplo, há uma tendência notória de romantizar práticas como o drag e até o transexualismo, como se esses fossem os grandes desestabilizadores das identidades de gênero. Para Segal, no entanto, essas mesmas práticas podem ser vistas talvez como os melhores exemplos da grande importância que o mundo atual continua dando às categorias binárias de gênero: definem-se totalmente nos termos dessas categorias, envolvendo uma espécie de troca que serve muito mais para reforçar e consolidar do que para minar as oposições masculino/feminino, heterossexual/homossexual ou homem/mulher.

A autora, professora de psicologia e estudos de gênero na University of London (Birkbeck College) dedica alguns capítulos do livro a debates especificamente ligados às áreas da psicologia de gênero e da psicanálise que têm surgido ou renascido nesses tempos de grandes "ansiedades de gênero". Para quem já teve que encarar, dentro e fora da sala de aula, as renovadas investidas da sociobiologia, o capítulo "Genes and Gender: The Return to Darwin" esclarece o uso enganoso que a psicologia evolucionista faz da contribuição de Darwin à compreensão da evolução humana. A psicologia evolucionista apela para uma versão empobrecida tanto da biologia quanto da cultura para explicar as "diferenças sexuais" universais, que segundo essa perspectiva persistirão apesar de qualquer política feminista (e a despeito de toda a evidência acumulada de diversidade histórica e cultural). Baseia-se na ideia de que o princípio fundamental de toda a vida humana e animal se resume na maximização das estratégias reprodutivas, das quais — no caso humano — emergem determinados comportamentos ou atitudes psicológicas com os quais as culturas se fabricam. Apropriam-se só superficialmente do conceito darwiniano da "seleção natural" para explicar a "agressividade masculina" ou a

qualquer tipo de evidência específica sobre a história evolutiva desses traços, ou seja, "the forces operating in particular contexts which select certain features because they enhance survival over other less adaptive ones which have disappeared" (p. 91). Isso se torna ainda mais questionável quando olhamos para o desenvolvimento recente da genética evolucionista, que enfatiza cada vez mais "the random and historically contingent nature of genetic change over time" (p. 101) e a posição de cientistas de renome como Gould, Lewontin e Rose, que defendem uma noção de evolução que inclui e incorpora a diversidade, a flexibilidade e a complexidade dos comportamentos humanos: "what millions of years of genetic change has selected for in the human species is not any single set of 'natural' rules for development ('sexual' or otherwise); rather, it has brought about the far more impressive, open and flexible trend towards even greater complexity, even greater adaptability" (p. 103).

O apego à biologia, às custas da cultura, aparece muito na psicologia, segundo Segal, exatamente porque os psicólogos "têm medo da mente humana", quer dizer, de sua complexidade e do desafio que ela apresenta para as pessoas que desejariam inventar formas mais puras, sistemáticas e limpas para sua compreensão, previsão ou controle. Isso explica também a pouca receptividade da psicologia acadêmica à contribuição psicanalítica, questão que ela aprofunda na segunda parte do livro, dedicada ao encontro entre as várias perspectivas que na psicologia abordam a problemática de gênero.

A partir de nossos interesses atuais, e das profundas "ansiedades de gênero" que, como Segal argumenta, permeiam nossa sociedade e nossa cultura, pode ser difícil acreditar que até a década de 60 a psicologia acadêmica preocupava-se muito pouco com as dimensões de gênero da vida mental, e quando as abordava, não conseguia passar da naturalização para a problematização. A mudança começa com a emergência, dos anos 60 para os 70, de uma nova preocupação: o estudo das "diferenças de sexo", que devem ser documentadas, mensuradas e de alguma forma explicadas. Dentro desse campo de estudo, surgiram posições variadas, as "minimalistas" e as "maximalistas", as que se preocupavam com determinar a origem "cultural" ou "biológica" dessas diferenças e as que defendiam mudanças para padrões mais "andróginos" de comportamento.

Como um avanço em relação à pesquisa das diferenças, que tende a se manter presa ao estudo de atributos individuais mensuráveis, emerge também uma psicologia feminista que inclui pessoas identificadas com a perspectiva relacional (*feminist relational psychology*), como a da famosa Carol Gilligan, junto com mulheres terapeutas cuja preocupação é a criação de novas práticas que rompem com o sexismo implícito ou explícito da clínica convencional e ajudam as mulheres a construir ou reconstruir suas vidas a partir de uma percepção feminista da condição feminina. Essa psicologia feminista enfoca "the conflicts and difficulties accompanying the acquisition of normative gender and sexual identities in girls. The dominant theoretical explanations they favor make use of learning theory and cognitive theory, but in line with a more general social construction framework which pays close attention to social context and meanings" (p. 154).

A ênfase dessa perspectiva está na maneira como o gênero continua operando como um sistema de controle social sobre as mulheres; é nesse sentido que suas representantes têm persistido em identificar padrões relativamente estáveis de comportamento e esquemas perceptivos e cognitivos pertencentes ainda à "feminidade".

A crítica que Segal faz a essa psicologia, fortemente ligada ao campo social construcionista dos estudos de gênero, consiste em dois pontos principais: primeiro, há uma tendência a não vincular o gênero a outros aspectos da experiência de vida das mulheres, dando portanto uma importância exacerbada às "diferenças" (entre os gêneros); segundo, há uma tendência a cair numa espécie de reducionismo cultural que, em lugar de fornecer uma metodologia para captar a complexidade dos processos de formação de identidade, exagera sua estabilidade, sua coerência interna e sua determinação social unívoca. É aqui que Segal insere a contribuição da psicanálise (e onde eu acredito devesse estar inserida também a contribuição das feministas "pós-modernas" como Butler), cuja apropriação crítica poderia servir como um poderoso corretivo para incluir "the nuances of subjective conflict and ambivalence", abrindo nossos olhos para "the contradictory and disruptive particularities of psychic life in relation to culture and history" (p. 157), como instâncias fundamentais de resistência dos sujeitos à normatividade social.³ Ela dedica

um espaço considerável à discussão de tal apropriação crítica, demonstrando inclusive que na história conflituosa da relação entre feminismo e psicanálise, não se trata só da influência da psicanálise sobre a teoria feminista, mas também da relação inversa, quer dizer, da forma como o feminismo tem forçado a revisão da psicanálise, obrigando-a a desenvolver seu potencial de crítica social. Nesse sentido, entendo porque ela propõe uma síntese dessas duas perspectivas, porque se esforça para captar as complexidades e contradições da forma como as instituições e as culturas "constroem" o gênero hoje em dia, vinculadas aos processos profundos de "construção" (sempre ambivalentes e instáveis) das subjetividades individuais.

O livro de Lynne Segal aborda de forma corajosa esses debates sobre gênero e teoria feminista, mostrando como eles exprimem as profundas "ansiedades de gênero" de nossos tempos de mudanças. Como Segal assinala, é provável que o vaivém entre os discursos de "minimização" e "maximização" das diferenças continuem e que as "ansiedades de gênero" não se resolvam no plano das discussões teóricas. Ela concorda com a formulação da estudiosa americana Anne Snitow segundo a qual "there can be no transcendence of gender: the paradoxical desire to express, and to escape from, the feminine" (p. 54). Se as tarefas teóricas continuam sendo enormes e nada fáceis, talvez a proximidade com a prática política e social — ao nível do cotidiano, das políticas públicas nos mundos do trabalho e da representação cultural — nos ajude a evitar a frustração e lembrar que o mesmo feminismo, embora contraditório, continua sendo, para nossos tempos, uma visão necessária e uma prática de transformação.

1. EISENSTEIN, Zillah (ed.). *Capitalist Patriarchy and the Case for Socialist Feminism*. New York: Monthly Review Press, 1979.

2. Ver BORDO, Susan. "Feminism, Postmodernism, and Gender Skepticism". In: *Unbearable Weight*. Berkeley: University of California Press, 1993.

3. O que aparece, na psicanálise, não como transgressão consciente, mas como "the widespread and frequent failure of the inner world to reflect cultural norms" (p. 157).